Processo 014.929/2017-1
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em desfavor da Sr^a Eliana Silva de Souza, ex-servidora da autarquia, lotada na Agência da Previdência Social localizada no bairro de Irajá, no município do Rio de Janeiro/RJ, vinculada à Gerência Executiva Norte/RJ, à época da habilitação e concessão indevida de benefícios previdenciários sem a comprovação das condições mínimas exigíveis.

2. Nestes autos, a Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ) promoveu, após informar o insucesso de inúmeras tentativas de citação real da Sr^a Eliana Silva de Souza em processos encerrados e em tramitação no Tribunal – vide parágrafos 9 a 13 da instrução à peça 30 (p. 2) –, a citação ficta da responsável (extrato de publicação do edital à peça 19), sem que tenham sido por ela apresentadas alegações de defesa.

3. A unidade instrutiva decidiu, ante a “ausência de elementos que comprovem a participação dos segurados na prática do ato ilícito” (parágrafo 22 da instrução à peça 30, p. 3) e com base na compreensão estabelecida, entre outras deliberações, nos Acórdãos 859/2013 (relator: Ministro José Múcio Monteiro) e 3.626/2013 (relator: Ministro Benjamin Zymler), ambos do Plenário do TCU, por não citar os dez segurados beneficiários de pagamentos indevidos que foram arrolados pelo INSS na fase interna da TCE e que foram incluídos na aba “responsáveis” deste processo no e-TCU.

4. Por meio da instrução à peça 30, com parecer concordante da assessora da Secex/RJ à peça 31, que atuou com delegação de competência, a Auditora Federal de Controle Externo (AUFCE) propôs a declaração da revelia da Sr^a Eliana Silva de Souza e o julgamento pela irregularidade de suas contas, com imputação de parcelas de débito correspondentes aos pagamentos dos benefícios previdenciários indevidos, em diversas datas no período de 7/8/1997 a 28/9/2012. Além disso, foi proposta a aplicação à ex-servidora da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 e da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, nos termos do art. 60 da referida lei.

5. Quanto aos dez segurados que se beneficiaram dos pagamentos indevidos, a Secex/RJ sugeriu sua exclusão do processo.

6. O Ministério Público, considerando a proposta da unidade técnica, ressalva a necessidade de que seja verificado o marco temporal relativo à prescrição da pretensão punitiva, para fins de imposição de sanções à ex-servidora do INSS, considerando que a Secex/RJ fundamentou a não incidência da referida prescrição com base no seguinte raciocínio:

27. Em se tratando de benefício previdenciário de natureza continuada, o termo inicial para contagem do prazo da prescrição da pretensão punitiva do TCU será a data do último pagamento indevidamente realizado, conforme Acórdão 1.641/2016-TCU-Plenário.

28. No caso concreto, **não se apresenta a prescrição da pretensão punitiva do TCU em relação à Sra. Eliana Silva de Souza**, posto que, nos termos do Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário, não houve o transcurso de mais de dez anos entre a ordem para a citação da responsável

no âmbito do TCU, em 30/4/2018 (peça 17) e o período final de cessação dos aludidos desvios de recursos federais, em 2012.

(peça 30, p. 5 – grifos nossos)

7. No presente processo, percebe-se que a conduta atribuída à Sr^a Eliana Silva de Souza foi a de habilitar e conceder benefícios previdenciários de forma irregular, detalhada do seguinte modo no edital de citação (peça 18):

O débito decorre de prejuízo causado aos cofres públicos em decorrência do uso, pela citada, na condição de agente responsável, de vínculos empregatícios inexistentes no âmbito dos sistemas do órgão competente de previdência social, com deferimento irregular de período especial de aposentadoria, sem pesquisas prévias, concomitantes ou posteriores de sua responsabilidade para a comprovação da veracidade dos fatos e documentos empregados para a referida concessão.

8. Não há elementos nos autos, contudo, que demonstrem que a ex-servidora tenha se beneficiado, diretamente, de pagamentos irregulares de modo continuado.

9. Assim, a conduta da Sr^a Eliana Silva de Souza pode ser identificada, na esfera penal, com a prática do crime instantâneo de efeitos permanentes – com dez ocorrências, no caso concreto sob análise, correspondentes a cada concessão irregular incluída nesta TCE –, cabendo registrar a compreensão firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nos autos do HC 117.168/ES (relator: Ministro Teori Zavascki), o qual, tratando de matéria afeita ao tema, sob o viés criminal, assim registrou:

Relativamente ao crime de estelionato previdenciário, antes de proceder a sua classificação, é preciso distinguir dois tipos diferentes de conduta: (a) a do agente que pratica a fraude sem, contudo, se locupletar do benefício; (b) daquele que comete estelionato contra a previdência social, figurando como o próprio beneficiário das prestações. Assim, na linha dos precedentes desta Corte, aquele que comete a fraude, mas não frui das parcelas do benefício, pratica crime instantâneo de efeitos permanentes; já o que comete a fraude, beneficiando-se diretamente das parcelas, pratica crime de natureza permanente, cuja execução se prolonga no tempo, renovando-se a cada parcela recebida (v.g: HC 102.049/RJ, 1ª Turma, relator: Ministro Luiz Fux, Dje 12/12/2011).

(grifos nossos)

10. Na mesma linha do HC 117.168/ES é o excerto da ementa do processo a seguir indicado:

Embargos de Declaração no Recurso Especial (REsp) 1.295.749-RJ (Superior Tribunal de Justiça - STJ, relatora: Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 2011/0291571-3, Dje 1º/3/2013)

(...)

2. Em sede de estelionato previdenciário, a jurisprudência distingue as hipóteses entre o crime praticado pelo próprio segurado que recebe mês a mês o benefício indevido, e o crime praticado pelo servidor da autarquia previdenciária ou por terceiro não beneficiário, que comete a fraude inserindo os dados falsos.

3. O ilícito praticado pelo segurado da previdência [em proveito próprio] é de natureza permanente e se consuma apenas quando cessa o pagamento indevido do benefício, iniciando-se daí a contagem do prazo prescricional [crime permanente], e **o ilícito praticado pelo servidor do INSS ou por terceiro não beneficiário é instantâneo de efeitos permanentes e sua consumação se dá no pagamento da primeira prestação do benefício indevido**, a partir de quando se conta o prazo de prescrição da pretensão punitiva [crime instantâneo de efeitos permanentes].

(grifos nossos)

11. Como as condutas irregulares que podem ser atribuídas à ex-servidora foram pontuais – e não continuadas, consoante opinião da Secex/RJ (vide parágrafo 27 da instrução à peça 30, p. 5) –, ou seja, as irregularidades imputadas à Sr^a Eliana Silva de Souza foram consumadas no momento em que houve a concessão indevida do benefício previdenciário a cada um dos dez segurados que constaram das apurações da fase interna da TCE, o início da contagem do prazo prescricional corresponde às datas de cada “despacho concessório” indicado no quadro do parágrafo subsequente, o que, na esfera penal, conformariam as diversas datas de consumação dos dez crimes instantâneos de efeitos permanentes.

12. Com base no raciocínio exposto no parágrafo precedente e na mencionada jurisprudência do STF e do STJ, pode-se reconhecer os seguintes termos de início da contagem do prazo prescricional:

Nº	Segurado beneficiário dos valores recebidos indevidamente	Início da contagem do prazo prescricional ¹
1	Antônio Pacífico de Moura Neto	“despacho concessório” de 23/7/1997 (peça 1, p. 66)
2	Carlos Alberto Crespo	“despacho concessório” de 30/7/1997 (peça 1, p. 75)
3	Cléa Gomes Ramos	“despacho concessório” de 8/9/1997 (peça 1, p. 83)
4	Dalila de Oliveira Silva	“despacho concessório” de 18/7/1997 (peça 1, p. 87)
5	Itamar Santos Pereira	“despacho concessório” de 14/11/1997 (peça 1, p. 90)
6	Itanagildo da Rocha Ferreira	“despacho concessório” de 12/9/1997 (peça 1, p. 90)
7	Jacques Monteiro Lins	“despacho concessório” de 4/11/1997 (peça 1, p. 102)
8	Maria Grace Francisco Mascarenhas	“despacho concessório” de 29/7/1997 (peça 1, p. 108)
9	Napoleão Ataíde de Castro	“despacho concessório” de 30/6/1997 (peça 1, p. 112)
10	Vanor Barrias Pacheco	“despacho concessório” de 10/7/1997 (peça 1, p. 120)

¹ Correspondente à concessão do benefício e à consumação do ato irregular pela ex-servidora do INSS.

13. Levando-se em conta que as irregularidades indicadas no quadro *supra* foram materializadas entre os meses de junho a novembro de 1997, ou seja, sob a égide do Código Civil de 1916, não havia transcorrido, quando da entrada em vigor do novo Código Civil, em 11/1/2003, mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada, que era de vinte anos (art. 177 do código revogado).

14. Desse modo, foi aplicada a regra intertemporal prevista no art. 2.028 do vigente Código Civil (“Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.”), incidindo no caso sob exame, em relação às dez concessões indevidas, o prazo de dez anos estipulado no art. 205 da Lei 10.406/2002, contado da entrada em vigor do novo código.

15. A aplicação da referida regra intertemporal para ilícitos praticados na vigência do Código Civil de 1916 observa o entendimento do STJ, manifestado em decisões como aquela cuja ementa é a seguir transcrita:

ACÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATO ILÍCITO. PRESCRIÇÃO. PRAZO. CONTAGEM. MARCO INICIAL. REGRA DE TRANSIÇÃO. NOVO CÓDIGO CIVIL.

1 - Se pela regra de transição (art. 2028 do Código Civil de 2002) há de ser aplicado o novo prazo de prescrição, previsto no art. 206, §3º, IV do mesmo diploma legal, o marco inicial de contagem é o dia 11 de janeiro de 2003, data de entrada em vigor do novo Código e não a data do fato gerador do direito. Precedentes do STJ.

(...)

(REsp 838.414/RJ – 4ª Turma – relator: Ministro Fernando Gonçalves, julgado em 8/4/2008, DJe 22/4/2008)

16. A jurisprudência do TCU segue o referido entendimento do STJ, conforme se depreende do teor dos Acórdãos 946/2013 (relator: Ministro Benjamin Zymler) e 1.930/2014 (relatora: Ministra Ana Arraes), ambos do Plenário, e 3.522/2016 (relator: Ministro Bruno Dantas), 690/2017 (relator: Ministro Bruno Dantas) e 1.729/2017 (relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), da Primeira Câmara.

17. Em decorrência da aplicação da citada regra intertemporal, conclui-se que o prazo de término da contagem de prazo prescricional ocorreu em 11/1/2013 com relação às dez irregularidades. Houve, portanto, incidência da **prescrição da pretensão punitiva**, visto que a citação da Srª Eliana Silva de Souza foi autorizada nesta TCE em 30/4/2018 (peça 17). Assim, não há mais possibilidade de ser exercido o poder sancionador do Estado, ora representado pelo TCU, em desfavor da ex-servidora do INSS.

18. O Ministério Público destaca que conferir o tratamento consignado nos parágrafos precedentes deste pronunciamento ao instituto da prescrição da pretensão punitiva, em casos que envolvam a concessão de verbas previdenciárias irregulares, prestigia a convergência jurisprudencial entre o Tribunal de Contas da União, o STJ e o STF, o que confere maior segurança jurídica e isonomia no tratamento dos jurisdicionados, além de mitigar os riscos de rediscussão das deliberações da Corte de Contas perante o Poder Judiciário e de consequente postergação da solução do caso.

19. Diante dos elementos constantes dos autos, este representante do Ministério Público de Contas da União manifesta-se parcialmente de acordo com a proposta oferecida pela Secex/RJ, em pareceres uniformes (peças 30 e 31). Em substituição ao encaminhamento sugerido pela unidade técnica, propõe o seguinte desfecho para a presente TCE:

a) excluir desta TCE os segurados Antônio Pacífico de Moura Neto (CPF 230.336.657-72), Carlos Alberto Crespo (CPF 707.711.707-34), Cléa Gomes Ramos (CPF 399.122.647-20), Dalila de Oliveira Silva (CPF 603.269.727-49), Itamar Santos Pereira (CPF 018.705.017-13), Itanagildo da Rocha Ferreiro (CPF 501.674.217-00), Jacques Monteiro Lins (CPF 699.286.307-04), Maria Grace Francisco Mascarenhas (CPF 596.873.127-34), Napoleão Ataíde de Castro (CPF 103.934.047-49) e Vanor Barrias Pacheco (CPF 459.104.217-00);

b) declarar a revelia da Srª Eliana Silva de Souza, com base no disposto no § 3º do art. 12 da Lei 8.443/1992;

c) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “d”, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas da Srª Eliana Silva de Souza e condená-la ao pagamento dos débitos a seguir especificados, com os eventuais créditos, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualizada monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do(s) recolhimento(s), na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de aposentadorias por tempo de contribuição, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados aos seguintes segurados:

c.1) Antônio Pacífico de Moura Neto (CPF 230.336.657-72):

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

Data de ocorrência	Valor (R\$)
18/08/1997	210,14
02/09/1997	788,04
03/10/1997	788,04
04/11/1997	788,04
02/12/1997	1.116,39
05/01/1998	788,04
03/02/1998	788,04
03/03/1998	788,04
03/04/1998	788,04
07/05/1998	788,04
02/06/1998	788,04
02/07/1998	822,71
13/08/1998	822,71
16/09/1998	822,71
02/10/1998	822,71
06/11/1998	822,71
02/12/1998	1.645,43
05/01/1999	822,71
02/02/1999	821,07
02/03/1999	821,07
06/04/1999	821,07
11/09/2000	911,41
28/12/2000	10.657,41
06/02/2001	912,03
07/03/2001	912,03
05/04/2001	912,76
07/05/2001	912,76
06/06/2001	912,76
05/07/2001	982,42
06/08/2001	982,42
06/09/2001	982,42
08/10/2001	982,42
07/11/2001	982,42
06/12/2001	1.958,83
01/02/2002	982,42
06/02/2002	982,42
06/03/2002	982,34
04/04/2002	982,73
07/05/2002	982,73
06/06/2002	982,73
08/07/2002	1.072,60

Data de ocorrência	Valor (R\$)
06/08/2002	1.072,60
05/09/2002	1.072,60
08/10/2002	1.072,60
06/11/2002	1.072,60
05/12/2002	2.140,20
07/01/2003	1.072,60
06/02/2003	1.072,60
10/03/2003	1.072,60
04/04/2003	1.072,60
13/05/2003	1.072,60
05/06/2003	1.072,60
04/07/2003	1.283,87
06/08/2003	1.283,87
04/09/2003	1.283,87
06/10/2003	1.283,87
06/11/2003	1.283,87
04/12/2003	2.563,72
09/01/2004	1.283,87
05/02/2004	1.283,87
04/03/2004	1.283,87
06/04/2004	1.283,87
06/05/2004	1.283,87
02/06/2004	1.341,74
03/08/2004	1.341,74
03/08/2004	1.341,74
03/09/2004	1.341,74
05/10/2004	1.341,92
03/11/2004	1.341,80
02/12/2004	2.682,60
04/01/2005	1.341,80
03/02/2005	1.342,01
02/03/2005	1.341,91
06/04/2005	1.341,91
04/05/2005	1.341,91
02/06/2005	1.427,92
06/07/2005	1.427,92
08/08/2005	1.427,92
02/09/2005	1.427,92
05/10/2005	1.425,41
03/11/2005	1.425,41
15/12/2005	2.847,32

Data de ocorrência	Valor (R\$)
09/01/2006	1.425,41
07/02/2006	1.425,41
02/03/2006	1.425,41
05/04/2006	1.425,66

Data de ocorrência	Valor (R\$)
03/05/2006	1.497,39
02/06/2006	1.497,39
04/07/2006	1.497,39

c.2) Carlos Alberto Crespo (CPF 707.711.707-34):

Data de ocorrência	Valor (R\$)
11/09/1997	2.865,28
11/09/1997	958,19
13/10/1997	958,19
13/11/1997	958,19
10/12/1997	1.593,83
13/01/1998	961,36
11/02/1998	958,19
11/03/1998	958,19
14/04/1998	958,19
13/05/1998	958,19
10/06/1998	958,19
10/07/1998	1.004,26
12/08/1998	1.004,29
11/09/1998	1.004,29
22/10/1998	1.004,26
12/11/1998	1.004,26
10/12/1998	2.008,53
13/01/1999	1.004,26
10/02/1999	1.004,29
10/03/1999	1.002,29
15/04/1999	1.002,29
12/05/1999	1.002,29
11/06/1999	1.002,29
12/06/2000	1.052,37
12/07/2000	1.112,61
10/08/2000	1.112,61
13/09/2000	7.822,65
11/10/2000	1.112,61
13/11/2000	1.112,61
12/12/2000	2.225,22
11/01/2001	1.112,61
12/02/2001	1.112,64
12/03/2001	1.112,64

Data de ocorrência	Valor (R\$)
11/04/2001	1.113,51
11/05/2001	1.113,51
12/06/2001	1.113,51
11/07/2001	1.199,53
10/08/2001	1.199,53
14/09/2001	1.199,53
10/10/2001	1.199,53
13/11/2001	1.199,53
17/12/2001	2.394,06
14/01/2002	1.199,53
15/02/2002	1.199,53
12/03/2002	1.199,71
10/04/2002	1.198,92
13/05/2002	1.198,92
12/06/2002	1.198,92
10/07/2002	1.309,76
12/08/2002	1.309,76
11/09/2002	1.309,76
10/10/2002	1.309,76
12/11/2002	1.309,76
11/12/2002	2.611,50
13/01/2003	1.309,76
12/02/2003	1.309,76
13/03/2003	1.309,76
10/04/2003	1.309,76
13/05/2003	1.309,76
11/06/2003	1.309,76
10/07/2003	1.567,14
12/08/2003	1.567,14
10/09/2003	1.567,14
15/10/2003	1.567,14
14/11/2003	1.567,14
10/12/2003	3.128,27

Data de ocorrência	Valor (R\$)
13/01/2004	1.567,14
11/02/2004	1.567,14
15/03/2004	1.567,14
05/04/2004	1.567,14
07/05/2004	1.567,14
07/06/2004	1.637,98
05/07/2004	1.637,98
16/08/2004	1.637,98
10/09/2004	1.637,98
07/10/2004	1.638,15
23/11/2004	1.638,04
13/12/2004	3.274,07
12/01/2005	1.638,04
10/02/2005	1.638,25
23/03/2005	1.638,14
07/04/2005	1.638,14
05/05/2005	1.638,14
07/06/2005	1.742,04

Data de ocorrência	Valor (R\$)
05/07/2005	1.742,04
03/08/2005	1.742,04
16/09/2005	1.742,04
06/10/2005	1.742,04
04/11/2005	1.742,04
06/12/2005	3.482,07
13/02/2006	1.742,04
13/02/2006	1.742,04
27/03/2006	1.742,04
10/04/2006	1.742,29
10/05/2006	1.827,49
23/06/2006	1.827,49
06/07/2006	1.827,49
03/08/2006	1.827,49
06/09/2006	2.743,90
04/10/2006	1.829,47
07/11/2006	1.829,44
06/12/2006	2.742,91

c.3) Cléa Gomes Ramos (CPF 399.122.647-20):

Data de ocorrência	Valor (R\$)
09/10/1997	693,81
07/11/1997	904,98
08/12/1997	1.204,24
08/01/1998	907,39
06/02/1998	904,98
06/03/1998	904,98
07/04/1998	904,98
08/05/1998	904,98
05/06/1998	904,98
07/07/1998	937,46
07/08/1998	937,47
08/09/1998	937,47
07/10/1998	937,46
09/11/1998	937,46
07/12/1998	1.874,92
08/01/1999	937,46
05/02/1999	935,60
05/03/1999	935,60

Data de ocorrência	Valor (R\$)
09/04/1999	935,60
07/05/1999	935,60
10/09/2003	57.981,78
06/10/2003	1.463,24
07/11/2003	1.463,24
05/12/2003	2.924,47
09/01/2004	1.463,24
06/02/2004	1.463,24
05/03/2003	1.463,24
07/04/2004	1.463,24
07/05/2004	1.463,24
07/06/2004	1.529,35
07/07/2004	1.529,35
06/08/2004	1.529,35
08/09/2004	1.529,35
07/10/2004	1.529,52
08/11/2004	1.529,41
07/12/2004	3.053,80

Data de ocorrência	Valor (R\$)
07/01/2005	1.529,41
09/02/2005	1.529,62
07/03/2005	1.529,51
07/04/2005	1.529,51
06/05/2005	1.528,17
07/06/2005	1.624,65
07/07/2005	1.624,65
05/08/2005	1.624,65
08/09/2005	1.624,65
07/10/2005	1.624,65
08/11/2005	1.624,65
07/12/2005	3.246,99
06/01/2006	1.624,65
07/02/2006	1.624,65
07/03/2006	1.624,65
07/04/2006	1.624,90
08/05/2006	1.706,14
07/06/2006	1.706,14
07/07/2006	1.706,14
07/08/2006	1.706,14
08/09/2006	2.560,39
06/10/2006	1.706,19
08/11/2006	1.707,50
07/12/2006	2.558,74
08/01/2007	1.707,87
07/02/2007	1.708,43
07/03/2007	1.708,43
09/04/2007	1.708,43
08/05/2007	1.763,96
08/06/2007	1.764,02
06/07/2007	1.764,02
07/08/2007	1.764,02
10/09/2007	2.646,38
05/10/2007	1.764,02
08/11/2007	1.764,02
07/12/2007	2.643,69
08/01/2008	1.764,19
12/02/2008	1.757,71
07/03/2008	1.757,71
07/04/2008	1.845,89

Data de ocorrência	Valor (R\$)
08/05/2008	1.845,89
06/06/2008	1.845,89
07/07/2008	1.846,37
07/08/2008	1.845,89
05/09/2008	2.768,89
07/10/2008	1.845,89
07/11/2008	1.845,89
05/12/2008	2.762,78
08/01/2009	1.845,89
09/02/2009	1.845,81
06/03/2009	1.955,01
07/04/2009	1.954,93
08/05/2009	1.955,01
05/06/2009	1.955,01
07/07/2009	1.955,01
07/08/2009	1.955,01
08/09/2009	2.933,01
07/10/2009	1.955,01
09/11/2009	1.955,01
07/12/2009	2.928,02
08/01/2010	1.955,01
05/02/2010	2.075,33
05/03/2010	2.075,17
08/04/2010	2.075,17
07/05/2010	2.075,17
08/06/2010	2.075,17
07/07/2010	2.432,73
06/08/2010	2.291,70
08/09/2010	3.158,49
07/10/2010	2.106,49
08/11/2010	2.106,49
07/12/2010	3.152,98
07/01/2011	2.106,49
07/02/2011	2.240,61
10/03/2011	2.240,61
07/04/2011	2.240,61
06/05/2011	2.241,55
07/06/2011	2.241,55
07/07/2011	2.241,55
05/08/2011	2.241,55

Data de ocorrência	Valor (R\$)
08/09/2011	3.372,31
07/10/2011	2.242,64
08/11/2011	2.242,64
07/12/2011	3.355,28
06/01/2012	2.242,64
07/02/2012	2.378,13

Data de ocorrência	Valor (R\$)
07/03/2012	2.378,13
09/04/2012	2.378,13
08/05/2012	2.378,13
08/06/2012	2.378,13
06/07/2012	2.378,13

c.4) Dalilla de Oliveira Silva (CPF 603.269.727-49):

Data de ocorrência	Valor (R\$)
07/08/1997	1.728,84
05/09/1997	572,18
02/10/1997	572,18
04/11/1997	572,18
04/12/1997	953,63
06/01/1998	572,18
04/02/1998	572,18
03/03/1998	572,18
03/04/1998	572,18
05/05/1998	572,18
03/06/1998	572,18
03/07/1998	599,69
04/08/1998	599,69
03/09/1998	599,69
02/10/1998	599,69
04/11/1998	599,69
03/12/1998	1.199,39
07/01/1999	599,69
03/02/1999	598,50
03/03/1999	598,50
06/04/1999	598,50
04/05/1999	598,50
02/02/2000	1.256,88
03/03/2000	628,44
04/04/2000	628,44
03/05/2000	628,44
02/06/2000	628,44

Data de ocorrência	Valor (R\$)
04/07/2000	664,42
03/08/2000	664,42
04/09/2000	664,42
03/10/2000	664,42
03/11/2000	664,42
04/12/2000	1.328,84
03/01/2001	664,42
05/02/2001	664,99
06/03/2001	664,99
11/04/2001	665,52
11/05/2001	665,52
07/06/2001	665,52
19/07/2001	716,72
13/08/2001	716,72
14/09/2001	716,72
02/10/2001	716,72
06/11/2001	716,72
05/12/2001	1.425,41
29/01/2002	716,72
07/03/2002	716,72
07/03/2002	716,72
02/04/2002	716,72
17/05/2002	716,72
13/06/2002	716,72
21/08/2002	781,97
21/08/2002	781,97
05/09/2002	781,97

c.5) Itamar Santos Pereira (CPF 018.705.017-13):

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

Data de ocorrência	Valor (R\$)
10/12/1997	542,95
12/01/1998	740,40
10/02/1998	740,40
10/03/1998	740,40
10/04/1998	740,40
12/05/1998	740,40
09/06/1998	740,40
09/07/1998	760,98
09/12/1998	760,98
17/12/1999	7.547,55
09/02/2000	797,39
13/03/2000	797,39
11/04/2000	2.645,29
10/05/2000	797,39
09/06/2000	797,39
11/07/2000	843,04
09/08/2000	843,04
12/09/2000	843,04
10/10/2000	843,04
10/11/2000	843,04
11/12/2000	1.686,09
10/01/2001	843,04
09/02/2001	843,53
12/03/2001	843,53
10/04/2001	844,20
10/05/2001	844,20
11/06/2001	844,20
10/07/2001	909,18

Data de ocorrência	Valor (R\$)
09/08/2001	909,18
12/09/2001	909,18
09/10/2001	909,18
12/11/2001	909,18
11/12/2001	1.810,33
10/01/2002	909,18
13/02/2002	909,18
11/03/2002	908,99
09/04/2002	908,45
10/05/2002	908,45
11/06/2002	908,45
09/07/2002	992,77
09/08/2002	992,77
10/09/2002	992,77
09/10/2002	992,77
11/11/2002	992,77
10/12/2002	1.977,51
10/01/2003	992,77
11/02/2003	992,77
13/03/2003	992,77
09/04/2003	992,77
12/05/2003	992,77
10/06/2003	992,77
09/07/2003	1.188,17
11/08/2003	1.188,17
09/09/2003	1.188,17
09/10/2003	1.187,35

c.6) Itanagildo da Rocha Ferreira (CPF 501.674.217-00):

Data de ocorrência	Valor (R\$)
17/10/1997	2.247,40
05/11/1997	668,48
03/12/1997	1002,72
05/01/1998	668,48
03/02/1998	668,48
03/03/1998	668,48
03/04/1998	668,48
05/05/1998	668,48
02/06/1998	668,48

Data de ocorrência	Valor (R\$)
02/07/1998	700,63
04/08/1998	700,63
02/09/1998	700,63
02/10/1998	700,63
04/11/1998	700,63
02/12/1998	1.401,26
06/01/1999	700,63
02/02/1999	699,23
02/03/1999	699,23

Data de ocorrência	Valor (R\$)
06/04/1999	699,23
04/05/1999	699,23
02/06/1999	699,23
07/08/2000	1.552,40
07/08/2000	1.069,64
06/10/2000	776,20
06/11/2000	776,20
07/12/2000	1.552,41
05/01/2001	776,20
06/02/2001	776,32
07/03/2001	776,32
09/04/2001	776,95
07/05/2001	776,95
06/06/2001	776,95
03/07/2001	837,18
03/08/2001	837,18
04/09/2001	837,18
03/10/2001	837,18
06/11/2001	837,18
04/12/2001	1.668,33
04/01/2002	837,18
04/02/2002	837,18
05/03/2002	837,18
03/04/2002	837,18
06/05/2002	837,18
06/06/2002	837,18

Data de ocorrência	Valor (R\$)
05/07/2002	913,47
06/08/2002	913,47
03/09/2002	913,47
03/10/2002	913,47
05/11/2002	913,47
04/12/2002	1.819,91
06/01/2003	913,47
05/02/2003	913,47
10/03/2003	913,47
14/04/2003	913,47
05/05/2003	913,47
03/06/2003	913,47
07/07/2003	1.093,79
07/08/2003	1.093,79
03/09/2003	1.093,79
02/10/2003	1.093,23
04/11/2003	1.093,23
02/12/2003	2.183,40
05/01/2004	1.093,23
03/02/2004	1.093,23
02/03/2004	1.093,23
02/04/2004	1.093,23
04/05/2004	1.093,23
02/06/2004	1.142,72
02/07/2004	1.142,72

c.6.1) créditos relacionados ao segurado Itanagildo da Rocha Ferreira (CPF 501.674.217-00):

Data de ocorrência	Valor (R\$)
27/04/2012	186,60
29/05/2012	186,60
27/06/2012	186,60

Data de ocorrência	Valor (R\$)
31/07/2012	186,60
24/08/2012	186,60
28/09/2012	186,60

c.7) Jacques Monteiro Lins (CPF 699.286.307-04):

Data de ocorrência	Valor (R\$)
28/11/1997	1.954,94
11/12/1997	1.200,66
14/01/1998	904,70

Data de ocorrência	Valor (R\$)
11/02/1998	902,30
11/03/1998	902,30
14/04/1998	902,30

Data de ocorrência	Valor (R\$)
13/05/1998	902,30
11/04/2001	1.040,34
11/05/2001	1.040,34
12/06/2001	1.040,34
11/07/2001	1.120,50
10/08/2001	1.120,50
13/09/2001	1.120,50
10/10/2001	1.120,50
13/11/2001	1.120,50
12/12/2001	2.236,99
11/01/2002	1.120,50
14/02/2002	1.120,50
12/03/2002	1.120,67
10/04/2002	1.120,89
13/05/2002	1.120,08
12/06/2002	1.120,08
10/07/2002	1.223,06
12/08/2002	1.223,06
11/09/2002	1.223,06
10/10/2002	1.223,06
12/11/2002	1.223,06
11/12/2002	2.443,78
13/01/2003	1.223,06
12/02/2003	1.223,06
13/03/2003	1.223,06
10/04/2003	1.223,06
13/05/2003	1.223,06
11/06/2003	1.223,06
10/07/2003	1.464,00
12/08/2003	1.464,00
10/09/2003	1.464,00
10/10/2003	1.464,00
12/11/2003	1.464,00
10/12/2003	2.928,00
13/01/2004	1.464,00
11/02/2004	1.464,00
10/03/2004	1.464,00
05/04/2004	1.464,00
05/05/2004	1.464,00
03/06/2004	1.530,28

Data de ocorrência	Valor (R\$)
05/07/2004	1.530,28
04/08/2004	1.530,28
03/09/2004	1.530,28
05/10/2004	1.530,45
04/11/2004	1.530,34
03/12/2004	3.060,69
05/01/2005	1.530,34
03/02/2005	1.530,35
03/03/2005	1.528,76
05/04/2005	1.528,76
04/05/2005	1.528,76
03/06/2005	1.625,96
05/07/2005	1.625,96
03/08/2005	1.625,96
05/09/2005	1.625,96
05/10/2005	1.625,96
04/11/2005	1.625,96
05/12/2005	3.253,51
04/01/2006	1.625,96
03/02/2006	1.625,96
03/03/2006	1.625,96
05/04/2006	1.626,12
04/05/2006	1.707,36
05/06/2006	1.707,36
05/07/2006	1.707,36
03/08/2006	1.707,36
05/09/2006	2.561,95
04/10/2006	1.707,68
06/11/2006	1.707,52
05/12/2006	2.562,29
04/01/2007	1.707,52
05/02/2007	1.707,55
05/03/2007	1.707,55
04/04/2007	1.707,55
04/05/2007	1.763,70
05/06/2007	1.763,92
04/07/2007	1.763,92
03/08/2007	1.763,92
05/09/2007	2.646,81

c.8) Maria Grace Francisco Mascarenhas (CPF 596.873.127-34):

Data de ocorrência	Valor (R\$)
22/08/1997	3.664,68
12/09/1997	917,87
14/10/1997	917,87
14/11/1997	917,87
12/12/1997	1.603,07
15/01/1998	921,07
13/02/1998	917,87
13/03/1998	917,87
16/04/1998	917,87
15/05/1998	917,87
15/06/1998	917,87
14/07/1998	962,00
14/08/1998	962,02
15/09/1998	962,02
15/10/1998	962,00
16/11/1998	962,00
15/12/1998	1.924,01
18/01/1999	962,00
12/02/1999	960,10
12/03/1999	960,10
16/04/1999	960,10
14/05/1999	960,10
15/06/1999	960,10
18/02/2000	9.042,74
14/04/2000	1.008,10
15/05/2000	1.008,10
14/06/2000	1.008,10
14/07/2000	1.065,80
14/08/2000	1.065,80
15/09/2000	1.065,80
16/10/2000	1.065,80
16/11/2000	1.065,80
14/07/2003	1.394,26
14/08/2003	27.390,16
12/09/2003	1.394,26
14/10/2003	1.394,26
14/11/2003	1.394,26
12/12/2003	2.788,53
15/01/2004	1.394,26

Data de ocorrência	Valor (R\$)
13/02/2004	1.394,26
12/03/2004	1.394,26
07/04/2004	1.394,26
07/05/2004	1.394,26
07/06/2004	1.457,39
07/07/2004	1.457,39
06/08/2004	1.457,39
08/09/2004	1.457,39
07/10/2004	1.457,56
08/11/2004	1.457,44
07/12/2004	2.914,89
07/01/2005	1.457,44
09/02/2005	1.457,45
07/03/2005	1.457,45
07/04/2005	1.457,45
06/05/2005	1.457,45
07/06/2005	1.550,02
07/07/2005	1.549,48
05/08/2005	1.549,48
08/09/2005	1.549,48
07/10/2005	1.549,12
08/11/2005	1.549,12
07/12/2005	3.098,61
06/01/2006	1.548,59
07/02/2006	1.548,59
07/03/2006	1.548,59
07/04/2006	1.548,52
08/05/2006	1.625,87
07/06/2006	1.625,87
07/07/2006	1.625,87
07/08/2006	1.625,87
08/09/2006	2.439,74
06/10/2006	1.626,17
08/11/2006	1.626,02
07/12/2006	2.440,04
08/01/2007	1.626,02
07/02/2007	1.626,05
07/03/2007	1.626,05
09/04/2007	1.626,05

Data de ocorrência	Valor (R\$)
08/05/2007	1.679,56
08/06/2007	1.679,74
06/07/2007	1.679,74
07/08/2007	1.679,74
10/09/2007	2.520,54
05/10/2007	1.679,81
08/11/2007	1.679,81
07/12/2007	2.520,41
08/01/2008	1.679,84
12/02/2008	1.675,22
07/03/2008	1.675,22
07/04/2008	1.758,98
08/05/2008	1.758,98
06/06/2008	1.758,98
07/07/2008	1.758,98
07/08/2008	1.758,98
05/09/2008	2.638,47
07/10/2008	1.758,98
07/11/2008	1.758,98
05/12/2008	2.638,47
08/01/2009	1.758,98
06/02/2009	1.758,98
06/03/2009	1.863,11
07/04/2009	1.863,11
08/05/2009	1.863,11
05/06/2009	1.863,11
07/07/2009	1.863,11
07/08/2009	1.863,11
08/09/2009	2.794,66
07/10/2009	1.863,11

Data de ocorrência	Valor (R\$)
09/11/2009	1.863,11
07/12/2009	2.794,67
08/01/2010	1.863,11
05/02/2010	1.977,50
05/03/2010	1.977,50
08/04/2010	1.977,50
07/05/2010	1.977,50
08/06/2010	1.977,50
07/07/2010	1.977,50
06/08/2010	2.183,58
08/09/2010	3.010,41
07/10/2010	2.006,94
08/11/2010	2.006,94
07/12/2010	3.010,41
07/01/2011	2.006,94
07/02/2011	2.135,58
10/03/2011	2.135,58
07/04/2011	2.135,58
06/05/2011	2.135,58
07/06/2011	2.135,58
07/07/2011	2.135,58
05/08/2011	2.135,58
08/09/2011	3.213,57
07/10/2011	2.136,78
08/11/2011	2.136,78
07/12/2011	3.205,17
06/01/2012	2.136,78
07/02/2012	2.266,69
07/03/2012	2.266,69
09/04/2012	2.266,69

c.9) Napoleão Ataíde de Castro (CPF 103.934.047-49):

Data de ocorrência	Valor (R\$)
12/08/1997	420,19
12/08/1997	840,39
10/09/1997	840,39
10/10/1997	840,39
12/11/1997	840,39
10/12/1997	1.327,95

Data de ocorrência	Valor (R\$)
13/01/1998	843,05
11/02/1998	840,39
12/03/1998	840,39
14/04/1998	840,39
14/05/1998	840,39
10/06/1998	840,39

Data de ocorrência	Valor (R\$)
13/07/1998	880,81
12/08/1998	880,81
11/09/1998	880,81
13/10/1998	880,81
12/11/1998	880,81
10/12/1998	1.761,62
13/01/1999	880,81
11/02/1999	879,05
10/03/1999	879,05
14/04/1999	879,05
12/05/1999	879,05
11/06/1999	879,05
10/02/2000	2.823,41
14/03/2000	923,03
12/04/2000	923,03
11/05/2000	923,03
29/05/2000	1.907,55
12/07/2000	1.960,37
10/08/2000	975,85
13/09/2000	975,85
11/10/2000	975,85
13/11/2000	975,85
12/12/2000	1.951,70
11/01/2001	975,85
12/02/2001	975,85
12/03/2001	975,85
11/04/2001	976,62
11/05/2001	976,62
12/06/2001	976,62
11/07/2001	1.051,39
10/08/2001	1.051,39
13/09/2001	1.051,39
10/10/2001	1.051,39
13/11/2001	1.051,39
12/12/2001	2.102,78
11/01/2002	1.051,39
14/02/2002	1.051,39

Data de ocorrência	Valor (R\$)
12/03/2002	1.051,64
10/04/2002	1.051,47
13/05/2002	1.051,47
12/06/2002	1.051,47
10/07/2002	1.148,15
12/08/2002	1.148,15
11/09/2002	1.148,15
10/10/2002	1.148,15
12/11/2002	1.148,15
11/12/2002	2.296,30
13/01/2003	1.148,15
12/02/2003	1.148,15
13/03/2003	1.148,15
10/04/2003	1.148,15
13/05/2003	1.148,15
11/06/2003	1.148,15
10/07/2003	1.374,33
12/08/2003	1.374,33
10/09/2003	1.374,33
10/10/2003	1.374,33
12/11/2003	1.374,33
10/12/2003	2.748,66
13/01/2004	1.374,33
11/02/2004	1.374,33
10/03/2004	1.374,33
05/04/2004	1.374,33
05/05/2004	1.374,33
03/06/2004	1.436,55
05/07/2004	1.436,55
04/08/2004	1.436,55
03/09/2004	1.436,55
05/10/2004	1.436,72
04/11/2004	1.436,61
03/12/2004	2.873,22
05/01/2005	1.436,61
03/02/2005	1.436,61

c.10) Vanor Barrias Pacheco (CPF 459.104.217-00):

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

Data de ocorrência	Valor (R\$)
18/08/1997	2.141,38
03/09/1997	639,92
06/10/1997	639,92
05/11/1997	639,92
03/12/1997	1.066,54
06/01/1998	639,92
04/02/1998	639,92
04/03/1998	639,92
03/04/1998	639,92
06/05/1998	639,92
03/06/1998	639,92
03/07/1998	670,70
05/08/1998	670,70
04/09/1998	670,70
05/10/1998	670,70
05/11/1998	670,70
03/12/1998	1.341,40
07/01/1999	670,70
03/02/1999	669,36
03/03/1999	669,36
07/04/1999	669,36
05/05/1999	669,36
04/06/1999	669,36
03/12/1999	1.405,56
05/01/2000	702,78
03/02/2000	702,78
03/03/2000	702,78
05/04/2000	702,78
04/05/2000	702,78
05/06/2000	702,78
05/07/2000	743,00
03/08/2000	743,00
05/09/2000	743,00
03/10/2000	743,00
06/11/2000	743,00
05/12/2000	1.486,01
05/01/2001	743,00
05/02/2001	743,22
05/03/2001	743,22
04/04/2001	743,82
04/05/2001	743,82

Data de ocorrência	Valor (R\$)
05/06/2001	743,82
04/07/2001	801,04
03/08/2001	801,04
05/09/2001	801,04
03/10/2001	801,04
06/11/2001	801,04
05/12/2001	1.598,07
04/01/2002	801,04
06/02/2002	801,04
05/03/2002	801,04
03/04/2002	801,04
06/05/2002	801,04
05/06/2002	801,04
03/07/2002	874,32
05/08/2002	874,32
04/09/2002	874,32
03/10/2002	874,32
05/11/2002	874,32
04/12/2002	1.744,62
06/01/2003	874,32
05/02/2003	874,32
07/03/2003	874,32
03/04/2003	874,32
06/05/2003	874,32
04/06/2003	874,32
03/07/2003	1.046,97
05/08/2003	1.046,97
03/09/2003	1.046,97
03/10/2003	1.046,97
05/11/2003	1.046,97
03/12/2003	2.090,94
06/01/2004	1.046,51
04/02/2004	1.046,51
03/03/2004	1.046,51
05/04/2004	1.046,51
05/05/2004	1.046,51
03/06/2004	1.093,89
05/07/2004	1.093,89
04/08/2004	1.093,89
03/09/2004	1.093,89
05/10/2004	1.093,95

Data de ocorrência	Valor (R\$)
04/11/2004	1.093,91
03/12/2004	2.186,83
05/01/2005	1.093,91
03/02/2005	1.093,91
03/03/2005	1.093,91
05/04/2005	1.093,91
04/05/2005	1.093,91
03/06/2005	1.163,43
05/07/2005	1.163,43
03/08/2005	1.163,43
05/09/2005	1.163,43
05/10/2005	1.163,43

Data de ocorrência	Valor (R\$)
04/11/2005	1.163,43
05/12/2005	2.326,86
04/01/2006	1.163,43
03/02/2006	1.163,43
03/03/2006	1.163,43
05/04/2006	1.163,43
04/05/2006	1.221,60
05/06/2006	1.221,60
05/07/2006	1.221,60
03/08/2006	1.221,60
05/09/2006	1.832,40
16/10/2006	1.222,64

d) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

e) encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida pelo Tribunal ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

f) comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Procuradoria-Geral Federal que a decisão por excluir deste processo os dez segurados mencionados na letra “a” não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos a essas pessoas, em razão da concessão indevida de benefício previdenciário.

Ministério Público, em 4 de fevereiro de 2019.

Rodrigo Medeiros de Lima
Procurador